



## EDITORIAIS

# Transferência de responsabilidade

Que a saúde pública está um caos em todo o País, assim como é também em Sergipe, é fato. Mas daí a imaginar uma interdição do Ministério da Saúde, e uma equipe multidisciplinar, designada pelo órgão federal para gerir os recursos destinados a Sergipe - em especial, àqueles que forem direcionados ao Hospital de Urgências de Sergipe - Huse -, Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e Samu Estadual -, é algo complicado.

Apesar de ser o menor Estado da Federação, a saúde pública em Sergipe atravessa uma situação limite. Semanalmente, os noticiários anunciam a morte de pacientes por falta de atendimento, as longas filas de espera de pessoas para serem operadas, as dificuldades em agendar exames especializados, e os poucos leitos de UTI, entre outros problemas.

Esta semana, enquanto a equipe do Cinform estava na Unidade de Pronto-Atendimento - UPA -, em Simão Dias, uma senhora de 84 anos veio a óbito, porque não conseguiu um leito de UTI para transferi-la.

Milhares de pessoas saem do Interior à Capital para fazer exames e até para se consultar com gripes e dores simples, as conhecidas viroses, porque a maioria dos municípios não tem unidades especializadas, com estrutura para atendimento de médio porte, e quando tem, como no caso de Simão Dias, a população não desfruta a estrutura. Isso denota a falta de investimento dos gestores municipais para colocar em funcionamento a estrutura de saúde que dispõe.

A briga política entre os adminis-

tradores da Associação Privada que administra o hospital em Simão Dias e a gestão municipal, que não se entendem. Os gestores preferem que os recursos estaduais sejam encaminhados para o Hospital de Lagarto, sob a condição de que a cidade receba os pacientes de Simão Dias, a fazer uma parceria para prestação de serviço, com a UPA.

É lamentável e surreal, observar uma interdição na área de saúde, ver uma unidade como o Hospital de Urgência de Sergipe - Huse -, que recebe milhares de pacientes que deveriam ser atendidos em unidades básicas municipais, centenas de pacientes de outros Estados, e está sobrecarregado, enquanto uma estrutura, como a de Simão Dias, permanece, por anos, fechada, servindo de argumento para alimentar uma picuinha política.

A interdição pode ser necessária e urgente, desde que reflita em alguma melhora na ponta do atendimento: o povo. Desde que permita o registro de melhores condições de trabalho para os profissionais que atuam nas unidades de saúde.

Um turbilhão de situações sacode Sergipe neste fim do primeiro semestre de 2013. As manifestações nas ruas com o povo clamando por melhorias na educação e na saúde, a recomendação do Ministério Público Federal - MPF - e do Ministério Público do Estado - MPE -, de interdição na Saúde, entre outros fatos políticos.

Afinal, será que a recomendação dos órgãos fiscalizadores já não é um reflexo dos pedidos do povo de pôr um fim na corrupção e de governar para o bem-estar da população.